

Acréscimo critica proposta “pouco séria” do Governo no uso da biomassa florestal

23 de Outubro, 2017

A Associação de Promoção ao Investimento Florestal (Acréscimo) criticou hoje a proposta “pouco séria e nada transparente” de aposta no uso da biomassa florestal para a produção de energia elétrica. O Governo anunciou, no sábado, que vai avançar com a implementação de biorrefinarias e continuar com o desenvolvimento de centrais de biomassa por todo o país, de forma a valorizar a recolha de resíduos florestais.

Salientando que esta intenção “ainda não [está] quantificada”, a Acréscimo salienta, em comunicado hoje divulgado, que “a capacidade instalada, quer em centrais a biomassa florestal residual quer em unidades de produção de ‘pellets’ de madeira, há muito que ultrapassa a disponibilidade anual de biomassa florestal residual”.

“Ou seja, já no presente, mas com maior impacto no futuro próximo, tais unidades só serão viáveis pela utilização de troncos de árvores ou pela instalação de monoculturas de espécies dedicadas à produção energética”, acrescentam, frisando que “a ocorrência de incêndios florestais constitui uma importante fonte de garantia de matéria-prima a estas unidades”.

Além disso, prossegue a associação, “importa ainda ter em conta que as unidades que o Governo anuncia estimular só têm viabilidade financeira se apoiadas duplamente pelo erário público”, isto através de apoios à tarifa elétrica ou para a obtenção de matéria-prima.

Contudo, de acordo com a Acréscimo, “existem opções significativamente menos onerosas e até sem custos para o erário público” com vista à redução da carga combustível nas florestas, que também têm “maior impacto no emprego em meio rural”. “Importa assim que o Governo esclareça a sua opção pelo apoio público a centrais termoelétricas de transformação de biomassa de origem florestal, que afirmam ser residual, face a outras alternativas”, frisa, falando em “opções de maior urgência”.

A título de exemplo, destaca que, “para a proteção imediata à atividade económica associada à silvicultura, urge a tomada de medidas ao nível do controlo da oferta”, como a criação de estufas de preservação da madeira ardida.

Para a Acréscimo, esta medida “é fundamental para assegurar uma gradual entrada nos mercados dessa madeira, impedindo a queda brusca do seu preço”.

Outra das medidas elencadas é a do “reforço à proteção de encostas e cursos de água, prevendo futuras catástrofes associadas a deslizamentos de terras e cheias”. “Se a intenção do Governo é a de garantir a sustentação do apoio a

grupos empresarias à custa do Orçamento, terá de assumir politicamente, sem rodeios ou falsos anúncios de dar prioridade à segurança das populações, às florestas e à atividade silvoindustrial”, adianta aquele organismo.